

A Festa do Divino Espírito Santo: patrimônio cultural, políticas públicas e sua interface com a Museologia

The Feast of the Divine Holy Spirit: cultural heritage, public policy and its interface with Museology

Barbara Maçanares* ; Luiz Carlos Borges**

Resumo: Este trabalho analisa a Festa do Divino Espírito Santo, realizada em São Bartolomeu (Ouro Preto – MG), bem como os processos mediante os quais a herança histórico-cultural da Festa que homenageia o Divino é preservada, representada e modificada por meio das vivências cotidianas. Partimos do pressuposto que a Festa – uma espécie de exposição urbana de caráter religioso e profano -, em sua integralidade e performance, e em cuja especificidade reconhecemos as características de um fato social total, apresenta uma potencialidade museal. A partir desses elementos, procuramos analisar a Festa do Divino Espírito Santo, que é registrada como patrimônio Intangível do município de Ouro Preto, Minas Gerais, como um museu imaginado. Para tanto, faremos uso de analogias com o método da documentação museológica e com as medidas de salvaguarda do patrimônio imaterial, propostas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG) e implementadas pela Prefeitura de Ouro Preto.

Palavras-chave: Museologia. Patrimônio Cultural. Festa do Divino. Minas Gerais.

Abstract: This work analyzes the Feast of The Divine Holy Spirit, which takes place in São Bartolomeu (Ouro Preto - MG), as well as the processes by which the socio-historical heritage of the Feast in honor of the Divine is preserved, represented and modified through daily experiences. We assume that The Feast – a kind of urban exhibition both religious and profane – in its wholeness and performance, and in its specificity recognize the characteristics of a total social fact, has potential museum traces. Based on these elements, we propose to analyze the Feast of the Divine Holy Spirit, that is inventoried and Registered as Intangible Heritage of the municipality of Ouro Preto. Minas Gerais, as an imagined museum. In order to reach our goals, we will use some analogies to the method of the museum documentation and to the safeguard measures of the intangible heritage as proposed by the State Institute of Historical and Artistic Heritage (IEPHA-MG) and implemented the Ouro Preto City Hall.

Key-words: Museology. Cultural Heritage. The Feast of The Divine Holy Spirit. Minas Gerais.

1. Introdução

Nosso primeiro contato com as Festas em devoção ao Divino Espírito Santo se deu no município de Ouro Preto, especificamente nos distritos de São Bartolomeu e Lavras Novas, em 2011. Neste momento a equipe do Patrimônio Imaterial, relacionada à Secretaria de Cultura Municipal, realizava pesquisas historiográficas e

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e é mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MAST.

** Possui Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará, mestrado e doutorado em Lingüística (Análise de Discurso) pela Universidade Estadual de Campinas e fez estágio de pós-doutorado em História pela UERJ. Atualmente é pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins e professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

antropológicas no intuito de produzir o “Processo de Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em Ouro Preto”.

Em virtude da riqueza dos elementos rituais e patrimoniais dessas celebrações ocorreu a motivação em desenvolver a pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A festividade escolhida como peça fundamental da pesquisa foi a realizada no distrito de São Bartolomeu. Através de entrevistas prévias e observações participantes foi possível identificar a “imaginação museal” compartilhada pelos executantes da celebração e suas performances.

O presente trabalho apresenta parte dos resultados obtidos na dissertação de mestrado intitulada “As faces e as festas: patrimônio cultural e a Festa do Divino de São Bartolomeu”. O intuito do trabalho não é reforçar uma ideia frequentemente utilizada ou, ao menos, sugerida, de que tudo deve ser patrimonializado e/ou musealizado. Mas explorar as possibilidades de análise da Festa do Divino Espírito Santo, aspecto cultural de uma localidade chamada São Bartolomeu, a partir de categorias como patrimônio e museu.

2. Origens da celebração

As Festas do Divino Espírito Santo foram trazidas de Portugal para o Brasil, em meio a inúmeras outras festividades em que se misturavam elementos religiosos e profanos. Pentecostes originalmente era uma festa israelita que, ao ser apropriada e ressignificada pelo cristianismo, passa, então, a celebrar a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e seguidores de Cristo¹. No calendário litúrgico da Igreja, essa festa é realizada após 50 dias do domingo de páscoa. A celebração de Pentecostes, tal qual reconfigurada pela igreja católica, passou a ser utilizada como símbolo e justificativa da expansão e universalização dessa instituição religiosa. Para os cristãos, o Pentecostes abrange a ressurreição de Cristo, sua aparição aos discípulos, bem como a ascensão ao céu e a vinda do Paráclito (Espírito Santo).

Segundo Marques (2000), a menção mais antiga à festa litúrgica de Pentecostes remonta ao século XIII, período no qual houve a expansão da doutrina do monge Joaquim de Fiore, propagador da crença milenarista que profetiza a vinda de uma terceira idade do mundo cuja figura central seria o Espírito Santo. Essa idade

¹ 1 Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar. 2 De repente veio do céu um ruído, como que de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam sentados. 3 E lhes apareceram umas línguas como que de fogo, que se distribuíam, e sobre cada um deles pousou uma. 4 E todos ficaram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem. (Atos 2, p.1-4).

seria dominada pelo amor e pela liberdade, e teria, como corolário, a instauração de uma era de paz e de felicidade.

São inúmeros os relatos que tratam da origem dessa festa. Todavia, no que toca o seu aparecimento em Portugal, alguns autores a colocam como uma festa do século XIV, instituída no reinado de D. Diniz de Portugal (1261-1325), por solicitação da Rainha D. Isabel, a rainha Santa (1271-1336)² (ABREU, 1999; CASCUDO, 2012). Segundo algumas dessas narrativas, as festas em homenagem ao Divino Espírito Santo teriam surgido em decorrência de ter tido a rainha D. Isabel uma visão na qual se destacava uma igreja em devoção ao Divino Espírito Santo. Em outros relatos acerca de seu aparecimento, é dito que as festas do Divino nasceram em decorrência de uma promessa que D. Isabel fizera para que não ocorresse a Batalha de Alvalade, na qual se enfrentariam seu filho, D. Afonso, e seu marido, o rei D. Diniz (o motivo da batalha, que não chegou a ocorrer, foi a preferência que D. Diniz tinha por seu filho ilegítimo, D. Afonso Sanches). Outro mito de fundação da festa do Divino liga a figura do monge Joaquim de Fiore³ à rainha Isabel, pois esta, inspirada pelos ensinamentos do monge, passou a homenagear o Espírito Santo (CONTINS; GONÇALVES, 2009).

A devoção ao Divino Espírito Santo e, por conseguinte, às festas realizadas em sua homenagem, foram, durante o século XIV e a primeira metade do XV, uma das mais fervorosas devoções da família real, bem como o principal objeto de culto popular difundido em Portugal e, mais tarde, nas terras sob seu domínio, como Madeira, Açores e Brasil (MARQUES, 2000). No período dessa festividade, nos anos subsequentes à sua instituição no século XIV, era permitida a doação de comida aos pobres pelas Ordenações do Reino, bem como a coroação de um imperador simbólico. As Folias do Divino também teriam surgido nesse contexto para expandir a fé no Divino e arrecadar donativos para a realização da festa, ou, no vocabulário popular, “esmolar o Divino” (CASCUDO, 2012). A folia saía envolta em muita alegria e acompanhada de instrumentos musicais, bem como da bandeira em cujo centro figura a imagem da pomba.

A Festa do Divino propagou-se rapidamente pelo Brasil-colônia, tornando-se uma das manifestações de fé populares mais importantes, fato esse que levou Ewbank (1976), viajante, desenhista e escritor, a se referir à Festa do Divino como a

² A rainha Isabel era filha do rei de Aragão. Quando ficou viúva entrou para a Ordem Segunda Franciscana de Santa Clara. O milagre mais famoso atribuído a ela é o da transformação de pães em rosas. Foi canonizada em 1625 (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010).

³ Joaquim de Fiore foi propagador da crença milenarista sobre a vinda da terceira idade do mundo, que seria a do Espírito Santo - uma idade dominada pelo amor, pela liberdade, pela paz e felicidade.

feira mais popular do Brasil. No Rio de Janeiro, no século XIX, durante a sua realização, o Imperador simbólico poderia ser um menino ou um homem, gozando de alguns poderes durante o tempo do seu império. Dentre esses poderes, estava o de conceder liberdade a alguns presos comuns. O prestígio dessa festa, no século XIX, levou o ministro José Bonifácio, em 1822, a sugerir o título de Imperador do Brasil ao invés de Rei, considerando que a população já estava habituada ao termo “Imperador do Divino” (CASCUDO, 2012).

3. A Festa do Divino de São Bartolomeu

O distrito de São Bartolomeu está localizado no município de Ouro Preto, na região das nascentes do Rio das Velhas, e foi uma das freguesias mais antigas de Minas. Segundo o Cônego Raimundo Trindade (1945), São Bartolomeu já existia em 1716 e obteve a natureza colativa⁴ em fevereiro de 1724. Não se sabe ao certo a “origem” das festas em homenagem ao Divino no distrito de São Bartolomeu, devido a escassez de documentos que possam relatar algo sobre a festividade. Todavia, há registros de realização da Festa do Divino em Ouro Preto no século XVIII. Na medida em há carência de referências documentais seguras sobre o distrito e sua história, observamos um movimento de construção de narrativas com base na oralidade e que, a seu modo, fundamenta e reescreve a história dos antepassados.

Os moradores de São Bartolomeu e dos seus arredores, que participam ativamente da celebração, situam a origem da Folia e, conseqüentemente, da Festa, em um tempo imemorial. Em suas narrativas, atestam que ela existe “há mais de trezentos anos”, que ela remonta ao “período colonial”. Devido à escassa documentação escrita sobre a institucionalização da festa, são as narrativas pessoais, relativas ao circuito da Festa, que delimitam não apenas a origem da celebração, mas igualmente as origens da própria localidade. Dessa forma, a celebração se apresenta como um importante demarcador temporal, já que igualmente fundamenta a existência do arraial.

Embora seja, em geral, celebrada em Pentecostes, em São Bartolomeu, a Festa do Divino Espírito Santo ocorre em Agosto, junto com a festa em homenagem ao santo padroeiro da localidade – São Bartolomeu. Conquanto os moradores do distrito digam que elas sempre ocorreram juntas, devido à inviabilidade de fazer duas grandes festas, o nosso foco de estudo reside nas festividades relacionadas ao Divino,

⁴ Já havia um vigário colado, ou seja, já havia um padre residente na paróquia.

aquelas que ocorrem durante a saída da bandeira com a Folia, e as que se realizam durante o domingo, dia dedicado ao cortejo do Imperador.

A bandeira do Divino é vermelha e em seu centro, dentro de um círculo, encontra-se a imagem de uma pomba bordada com fios de prata, como representante (ícone) do Divino Espírito Santo⁵. A ela são anexadas inúmeras fitas que desempenham o papel de ornamentação, gerando o aspecto alegre e festivo devido à diversidades de cores dessas fitas, as quais também funcionarão como espaços onde preces ou agradecimentos serão escritos. Nelas também podem ser anexadas fotografias, papéis, objetos - os ex-votos. Pedacos de fitas são guardados em carteiras com o objetivo de obter a proteção do Divino; ou então são utilizados para realização de simpatias, como para fazer chá que, segundo alegam os crentes, serve para curar crianças doentes. Todos os elementos que compõem e ornamentam a bandeira possuem um significado para os devotos em sua relação dialógica com a divindade. Relação que, em geral, alternam-se agradecimentos e pedidos.

A Festa do Divino de São Bartolomeu pode ser dividida, para fins analíticos, em dois grandes momentos: a saída da bandeira para a arrecadação de verbas e a festa em si, com o cortejo do Imperador. Segundo os relatos memoriais coletados, a Bandeira saía com a Folia durante oitenta dias seguidos, tendo seu início em junho e encerramento em agosto, com a festa. A Folia era composta de aproximadamente nove integrantes que desempenhavam funções diferenciadas. Havia foliões para tocar uma viola, um violão, um cavaquinho, uma caixa e um pandeiro; aos outros integrantes cabia carregar as mochilas, o dinheiro arrecadado e a Bandeira. A comitiva saía uniformizada e realizava o percurso da bandeira a pé. Os integrantes percorriam um trajeto extenso nos arredores de Ouro Preto, Santa Bárbara e Itabirito.

Os dois principais instrumentos musicais da Folia são a caixa surda e a viola. O som da caixa surda anuncia, nas localidades, que a Folia está passando – esse papel de anunciador pode ser realizado também pela queima de fogos. Ao entrar nas casas, o “toque da folia” é iniciado com a viola. Há um vocal responsável pela “tirada” dos versos, os quais são escolhidos a partir de um repertório que os cantadores dominam. Após iniciar a “tirada”, os outros integrantes acompanham o canto-solo.

Existem momentos específicos que determinam o canto dos versos. Há, assim, o da partida, quando iniciam a caminhada; o da chegada em um local para pedir

⁵ “Divino Espírito Santo: Por decisão do Concílio de Niceia (século V), a terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, passou a ser representada simbolicamente por uma pomba. Essa decisão foi baseada nos textos evangélicos, em especial no de São Marcos sobre o batismo de Cristo (1:10). Nas representações mais comuns, a pomba é figurada de frente de asas abertas” (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010, p. 132).

esmola; o de agradecimento à esmola ofertada; o da repetição da esmola; e o da despedida. Esses momentos possuem variados versos que podem ser ou escolhidos pelos folieiros ou “exigidos” pela situação em que estes se encontram. Por exemplo, o verso da chegada pode fazer distinção de gênero, caso o anfitrião seja homem ou mulher, ou fazer referência ao Imperador, caso os folieiros estejam na casa deste. O verso de agradecimento varia de acordo com a pessoa que oferta a esmola, como senhor, senhora, moça, menino, menina, criança. Caso a esmola seja ofertada acompanhada de um gesto apontando o indicador para cima ou abaixando a palma da mão, o agradecimento será feito com versos direcionados a pessoas ausentes (por exemplo, que já faleceram) ou invocando um anjo para a proteção de crianças, de acordo com o gesto feito por quem fez a oferta.

O cortejo do Imperador, momento de grande importância na festa, sofreu algumas modificações ao longo dos anos. De acordo com os depoimentos, anteriormente, o Imperador saía no cortejo acompanhado de sua família nuclear. Em 1952, a arrecadação para a Festa não estava sendo o suficiente para fazer frente à quantidade de gastos. Um dos festeiros daquele ano sugeriu, como solução, a venda de votos para candidatas a “princesas”. O modo de obtenção de votos dar-se-ia por meio da venda de rifas⁶. A candidata que vendesse a maior quantidade de rifas obteria o maior número de votos e, por conseguinte, se tornaria a “rainha”, no dia do cortejo.

O cortejo segue um roteiro que já é tradicional, que se inicia na casa do Imperador dirigindo-se à Igreja. O espaço ocupado pelo Imperador e pela Rainha é delimitado pela presença de quatro homens que os resguardam, utilizando quatro hastes. A parte musical é de responsabilidade de uma banda que a comissão da festa convida especialmente para essa ocasião. Finalmente, a população acompanha o cortejo jogando confetes e gritando “Viva o Imperador”, “Viva a Rainha”, “Viva o Divino”, “Viva São Bartolomeu”. Com a chegada do cortejo na Igreja, há a realização de uma missa festiva.

4. Minas Gerais, Ouro Preto e políticas patrimoniais

Dentro do contexto brasileiro, podemos situar as décadas de 1920 e 1930 como marcos de fundamental importância para as discussões referentes à preservação do patrimônio cultural, através de projetos e anteprojetos que visavam a

⁶ Atualmente, o modelo da rifa é a de “Ação entre amigos”, com sorteio de eletrodomésticos, como aparelhos de DVD. Embora exista, de fato, o prêmio, as pessoas compram as rifas com o objetivo de conseguir eleger sua princesa favorita.

criação de um dispositivo legal que evitasse a depredação dos bens culturais brasileiros e a sua transferência para outro país.

Vinculadas ao Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, originaram-se duas iniciativas: o Curso de Museus, em 1932, e a Inspetoria de Monumentos Nacionais⁷. Ainda no que tange à década de 1930, encontramos a criação do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaborado por Mário de Andrade, bem como a criação do projeto de lei federal, por Rodrigo de Melo e Franco, visando a proteção do patrimônio – esse projeto de lei teve como base o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade.

Em 1937, dá-se a instituição do “tombamento”⁸, pelo decreto-lei 25/37. O tombamento é um procedimento legal com o qual o Poder Público impõe restrições a um bem de interesse cultural, a fim de garantir sua preservação e proteção⁹. Embora no anteprojeto de Mário de Andrade¹⁰ se fizesse referência às paisagens, ao folclore, ao falares, cantos, medicina e culinária indígena enquanto constituintes da nossa cultura, em termos legais só houve a aplicação da lei do Tombamento relativa ao plano material. Nesse sentido, foram privilegiados os bens na forma de *pedra e cal*, como, por exemplo, os edifícios e estatuárias representantes do estilo barroco.

O distrito de São Bartolomeu, local onde ocorre a Festa do Divino que estamos tratando, pertence ao município de Ouro Preto. Ouro Preto é uma cidade emblemática quando o assunto é patrimônio: foi considerada referência pelos modernistas na década de 1920 quando, de um lado, iniciou-se no Brasil uma política de preservação do patrimônio histórico e artístico, tendo sido o barroco mineiro eleito à condição de modelo; e, de outro, acompanhando esse movimento e aliando-se aos estudos etnográficos, também teve início um processo de construção de uma identidade nacional. Assim sendo, Ouro Preto foi objeto das primeiras medidas preservacionistas no Brasil; tendo sido considerada, na década de 1980, “Patrimônio Mundial” pela UNESCO. Dadas as características desse modelo preservacionista e patrimonial, as

⁷ Segundo Márcio Rangel, através desses dados, podemos entender a institucionalização de um organismo federal responsável pelo patrimônio monumental brasileiro através de um museu – que, muito antes das universidades e de órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio nacional, já desempenhava atividades referentes à pesquisa, preservação, comunicação, formação e capacitação profissional (RANGEL, 2011).

⁸ Expressão de origem portuguesa no sentido de registrar, inventariar, inscrever bens nos arquivos do Reino, sediados na Torre do Tombo.

⁹ Para maiores informações acerca do decreto-lei 25/37, discussões sobre o direito de propriedade bem como forma de atuação no que tange à preservação do patrimônio através desse instrumento legal, ver: (RABELLO, 2009).

¹⁰ As expedições realizadas por Mário de Andrade o deixaram impactado com as diferenças culturais do Brasil, acarretando a sua valorização das culturas populares e, por conseguinte, adicionando-as ao seu anteprojeto.

políticas públicas nessa área estavam, a princípio, voltadas a edifícios e estatuária de um determinado período histórico, e identificadas com o movimento de reconhecimento e valorização do chamado “Patrimônio Imaterial”.

Minas Gerais, como podemos observar, é um Estado emblemático no percurso das políticas patrimoniais no país. No ano de 1920, Minas Gerais foi responsável pela primeira Inspetoria Regional de Monumentos, que antecipou a própria criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934. Na década de 1970 foi criado o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG). Já em 1995 o Estado elaborou a Lei 12.040 para orientar a adoção de políticas municipais voltadas para o patrimônio.

A Lei n. 12.040, de 28 de dezembro de 1995, ficou conhecida popularmente como Lei Robin Hood. Ela estabeleceu medidas importantes quanto aos critérios de redistribuição de recursos tributários com foco na preservação do patrimônio cultural. Ela foi posteriormente substituída pela Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, e pela Lei nº 18.030, de 12 de Janeiro de 2009¹¹. Essas leis - a todas elas foi atribuída a nomenclatura de Lei Robin Hood - foram pioneiras na prática de redistribuição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS)¹², tendo como critério, para que os municípios recebessem um percentual de recursos tributários, projetos locais de preservação patrimonial. Para orientar os municípios na formulação de projetos e de ações preservacionistas, o IEPHA elaborou modelos de atuação por meio de resoluções e deliberações normativas¹³.

Através da Lei Robin Hood, Souza e Moraes (2013) identificam um processo de municipalização das responsabilidades que antes eram exclusivas do Estado. Para os autores,

Lei Robin Hood pareceu evidenciar que o projeto político descentralizador não combatia as desigualdades econômicas e sociais que se desenvolviam entre os municípios e, por essa razão, adotou novos critérios de redistribuição de verbas no intuito de contemplar regiões historicamente desfavorecidas (SOUZA; MORAES, 2013, p.132)

¹¹ LEI ROBIN HOOD. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

¹² Segundo a legislação brasileira, 25% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelo Estado deve ser repassado aos municípios. No Estado de Minas Gerais, observamos uma iniciativa pioneira: dentro dos critérios para essa redistribuição do imposto estão os investimentos realizados na preservação do patrimônio cultural - ICMS Cultural.

¹³ A última deliberação normativa do CONEP é a nº 01/2016 que passou a vigorar a partir do exercício de 2018.

O IEPHA, dentro desse quadro político, foi o responsável não só por orientar os municípios em suas ações, através de deliberações e normativas, mas também por estabelecer os critérios para a redistribuição da verba referente ao ICMS, através de pontuações atribuídas ao trabalho realizado pelos municípios. É importante problematizar essas políticas desenvolvidas, voltadas à preservação do patrimônio cultural: nem tudo que possui importância simbólica para os municípios é patrimonializado mas, ao mesmo tempo, nem tudo que é patrimonializado exerce, de fato, importância simbólica para a comunidade a qual se refere (SOUZA; MORAES, 2013), sendo esta uma das contradições inerentes a essas ações patrocinadas pela Lei Robin Hood. Assim, a pontuação e a redistribuição dos recursos podem ser positivas, no sentido de fomentar políticas públicas, mas, por outro lado, pode gerar uma patrimonialização desmedida cujo único fim seja obter a pontuação necessária para a obtenção de recursos.

Segundo a Lei Orgânica do Município de Ouro Preto¹⁴, constituem o patrimônio cultural do município os bens materiais e imateriais, individuais ou em conjunto, que façam referência à identidade, à ação e à memória do ouro-pretano. Esse patrimônio inclui:

- I. as formas de expressão;
 - II. os modos de criar, fazer e viver;
 - III. as criações tecnológicas, científicas e artísticas;
 - IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;
 - V. os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico.
- §1º As artes plásticas, a música, o teatro, o folclore e a dança, dentre outras, são consideradas manifestações culturais.
- §2º Todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças, são abertas às manifestações culturais (OURO PRETO, Art. 158, p.51).

Sobre a Preservação desse Patrimônio Cultural, o artigo 163 discorre sobre a promoção e proteção do patrimônio através de uma série de instrumentos, como o inventário, o tombamento e o registro,

Art. 163. O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá, por meio de plano permanente, o Patrimônio Histórico e Cultural Municipal, através de inventários, pesquisa, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação (OURO PRETO, Art. 163, p.52)

¹⁴ OURO PRETO. Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br/arquivos/documentos/leis/leiorganica.pdf>> . Acesso em: 27 mai. 2015.

Quanto às leis de preservação desse patrimônio, em Ouro Preto há o Tombamento e o Registro, para a proteção de bens “materiais” e “imateriais”, respectivamente. O Tombamento foi disciplinado pela Lei n. 17/2002 de 26 de abril de 2002, que foi alterada pela Lei n. 321 de 15 de março de 2007 e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto n. 59/2005. Essa Lei criou dois Livros do Tombo: 1) Bens Arqueológicos, Paleológicos, Etnográficos e Paisagísticos, 2) Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos. Já o Registro foi instituído como mecanismo de proteção no artigo 165 da Lei Orgânica e disciplinado pela Lei Nº 17/2002 de 26 de abril de 2002, estabelecendo o Livro de Registro de Saberes e Celebrações¹⁵. Além dessas referidas Leis, o município coloca a produção de inventários como um instrumento de proteção e promoção de seu patrimônio. Embora de uma forma mais sintética que os Dossiês de Tombamento e Registro, o inventário reúne importantes dados relativos aos bens e manifestações culturais.

A Festa do Divino Espírito Santo de São Bartolomeu foi Inventariada em 2005 pelo município. Em agosto de 2010, em reunião do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI), foi manifestado o interesse em registrar essa celebração como Patrimônio Imaterial. Em 2011, os técnicos do Programa Municipal de Patrimônio Imaterial realizaram reuniões em São Bartolomeu para apresentar a proposta do Registro e conversar sobre suas implicações, sendo a proposta aprovada pela comunidade. Dessa forma, em 2011 a equipe técnica deu início às pesquisas sobre a Festa do Divino Espírito Santo e, em 2014, o dossiê foi concluído.

O dossiê do processo de Registro da celebração contém dados históricos dos distritos de São Bartolomeu e Lavras Novas, descrições pormenorizadas dos rituais realizados, transcrição de entrevistas realizadas com os agentes das festas, plano de valorização e salvaguarda, além de um rico material iconográfico. No Plano de Valorização e Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo e São Bartolomeu foi colocado que, dentre os principais fatores de risco para a festa, está a possibilidade da performance da Folia não ocorrer; a manutenção da Folia do Divino Espírito Santo seria de fundamental importância para a continuidade da celebração, uma vez que se constitui como “uma difusora da fé e tradições locais e responsável por grande parte dos recursos de sua realização” (REGISTRO, 2014, p. 261). Através das pesquisas

¹⁵ OURO PRETO. Disponível em: <<http://www.ouropreto.mg.gov.br/patrimonio/index/index.php>> . Acesso em: 27 mai. 2015.

realizadas e das propostas levantadas junto aos membros da Folia e dos demais agentes da Festa, foi proposto o seguinte Plano de Valorização e Salvaguarda:

1. Realização de projeto de educação musical e patrimonial na escola de São Bartolomeu (Escola Municipal Washington Araújo Dias) com a presença de professor de música ou mesmo aluno do curso de Música da UFOP atuando conjuntamente com um ou mais folieiros que possam difundir histórias, saberes, letras e conhecimentos musicais desenvolvidos nos anos de participação na Folia do Divino Espírito Santo. Projeto com primeiro ano de execução para 2015 e possibilidade de manutenção.
2. Apoio técnico-jurídico para a formação da Associação Cultural Folia do Divino Espírito Santo de São Bartolomeu. Meta: registro e legalização da Associação para proposição de projetos até 2015.
3. Apoio técnico para que a Associação já conformada apresente projetos de captação para aquisição de instrumentos, realização de oficinas, cursos, etc, junto à própria Prefeitura de Ouro Preto ou demais órgãos de fomento com atividades afins. Meta: até 2016.
4. Continuidade da cessão de transporte para os toques da Folia do Divino no período de arrecadação para a festa (REGISTRO, 2014, p.262).

No dia 19 de agosto de 2014, foi realizada, no auditório da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), a 123ª reunião extraordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (COMPATRI) junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC). A pauta da referida reunião tratava do Dossiê de Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em Ouro Preto, nos distritos de São Bartolomeu e Lavras Novas. Foram apresentados materiais audiovisuais retratando momentos diversos das festividades e relatos de moradores sobre essa manifestação cultural. Um ponto importante discutido na reunião foram as ações do Plano de Salvaguarda apontados acima.

É importante frisar que os pontos abordados nas medidas de valorização e salvaguarda provêm das demandas dos próprios folieiros e de outros agentes que participam da Festa (REGISTRO, 2014). Já há algum tempo que os integrantes da Folia do Divino vêm discutindo entre eles a possibilidade da Folia se tornar uma Associação, com regulamento e CNPJ. Isso se deve ao fato de que muitos projetos de financiamento exigem essa situação formal. Através desse financiamento em potencial, os Folieiros poderiam adquirir instrumentos musicais e outros itens necessários à realização dos toques. A Folia não possui fins lucrativos e seus integrantes não recebem dinheiro para a execução de seu ofício. O grupo atua por motivos devocionais e pela amizade que construíram ao longo do tempo. Todavia, na referida reunião, os representantes dos Conselhos esclareceram que a possível

formalização legal da Folia em Associação poderia acarretar tributos, o que, em fim, poderia trazer algumas dificuldades para os responsáveis pela Associação.

Em decorrência do caráter, de certa forma, autônomo dos folieiros é que no Plano de Salvaguarda foi apontada a necessidade de garantir o transporte da Folia e a aquisição de novos instrumentos musicais. Já a realização de atividades de educação musical, assim como de princípios de educação patrimonial teriam o intuito valorizar os aspectos culturais da Festa, além de incentivar uma maior participação da comunidade na Festa. Como a maioria dos folieiros é formada pelas pessoas mais velhas da comunidade, evidencia-se a necessidade de ensinar o ofício de ser folieiro aos mais novos, para renovar e salvaguardar a tradição, garantindo, assim, a sua transmissão às novas gerações. A esta preocupação, podemos chamar de salvaguarda patrimonial, uma vez que o valor simbólico da festividade faz parte da memória social e da formação étnica dos habitantes de São Bartolomeu.

Através do Plano de Valorização e Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu, podemos identificar que todas as ações definidas para serem realizadas em 2015 e 2016 envolvem diretamente a Folia do Divino, a qual possui inúmeros momentos rituais, e a Folia do Divino é apenas um dos seus elementos constitutivos. Entretanto, as ações previstas, embora envolvam indiretamente os demais aspectos da Festa, têm seu foco na Folia. A partir disso, podemos pensar a Folia do Divino como elemento de destaque na totalidade da festa, o qual gera ressonância e possui a aderência/adesão da comunidade. Os agentes da Festa se preocupam com a manutenção da Folia e a entendem como uma “difusora” da fé e da tradição, além de ser uma importante mantenedora da Festa, na medida em que ela é responsável por arrecadar grande parte do capital que financia a realização da Festa.

Em 31 de outubro de 2014, com o Decreto Nº 3.956, foi homologado o ato do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (COMPATRI) que aprova a inscrição da Celebração do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu no Livro de Registro dos Saberes e Celebrações.

Embora as instâncias de proteção do patrimônio cultural adotem os adjetivos material e imaterial, partimos do pressuposto de que todo patrimônio é, e sempre foi, material, conforme atesta Gonçalves (2007), e que essa materialidade é histórica e, por conseguinte, abrange os aspectos sociopolíticos e psíquicos dominantes em um determinado grupo, tribo ou nação. As convenções e leis atribuem a adjetivação “imaterial” ao patrimônio enquanto

o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. [...] Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber-fazer” dos artesanatos e arquiteturas tradicionais (ABREU, 2003, p.81).

Entretanto, devemos considerar que eles sempre dependem de suportes materiais para existirem enquanto formas culturais e sociais. Segundo Gonçalves (2007), a criação dessa categoria seria fruto dos discursos contemporâneos diante de modalidades de patrimônio que não se enquadrariam em uma concepção convencional e limitada de patrimônio, que colocava, como correlatos, termos como patrimônio, monumentos, edificações etc. Quanto às adjetivações do termo, algumas indagações se impõem: a) é possível se pensar em um “patrimônio mundial”, diante dos inúmeros tipos de comunidades sociais existentes, cada uma com maneiras próprias de se relacionar, pensar e sentir?; b) mesmo em nível nacional, seria possível utilizar essa categorização do patrimônio nacional como algo que, efetivamente, pertence a todos, eliminando, assim, a heterogeneidade cultural bem como as disputas identitárias e políticas existentes em um mesmo local?

Waldisa Rússio Guarnieri ([s.d.] 2010), ao tratar de “bens” e “patrimônio cultural”, diz que os bens culturais constituem-se em valor social. A autora expõe que o patrimônio constitui-se enquanto valor e consciência histórica. Dessa forma, há a valoração de bens culturais – patrimônio em potencial - por serem representantes da identidade e da memória de determinado grupo social. Todo bem cultural possui seu valor, uma vez que foi pensado, constituído e exerce funções simbólicas e/ou práticas dentro de determinado contexto. Todavia, embora todos os bens culturais possuam valor, existem instâncias de valoração diferentes¹⁶. O que distingue o patrimônio dos bens culturais, então, seria o investimento no sentido de valorização e reconhecimento desse bem cultural como representante de uma sociedade. Neste sentido, o patrimônio não existe em-si, mas para-si, em um movimento de valoração dos bens culturais que é feito por meio das relações sociais. A relação não se dá entre coisa-valor, mas ao contrário: é a partir do valor que o patrimônio em potencial se constitui em valor-coisa, segundo atestam Borges e Campos (2012).

A fim de evitar as inúmeras adjetivações atribuídas ao termo, optamos por tratá-lo unicamente como patrimônio cultural. Através dessa escolha, mostramos a

¹⁶ Segundo Borges e Campos (2012), todos os bens culturais possuem valores intrínsecos, embora não necessariamente um valor patrimonial, já que esse é um valor seletivamente e, muitas vezes, arbitrariamente, atribuído. Ainda segundo esses autores, a constituição do valor resulta do trabalho social que é investido, seja individual, seja coletivamente.

intenção de trabalhá-lo a partir de uma perspectiva antropológica de cultura, onde todas as formas de organização e simbolização da vida social são vistas como legítimas, em suas diferenças e especificidades. Assim, cultura é entendida como campo das formas simbólicas, qual seja, histórico-sociais, compreendendo um conjunto de práticas, comportamento, valores, gostos além de outros elementos da sociosfera, ou, para usar a terminologia de Mészáros (2008), do metabolismo social ou sociometabolismo de uma dada comunidade.

5. A Festa como museu imaginado

Com vistas a fundamentar museologicamente a nossa proposta de pensar a Festa como uma performance museal de um *museu imaginado*, recorreremos a alguns autores do campo, cujas reflexões formam um conjunto teórico no qual encontramos elementos que ajudam a sustentar e dar sentido à perspectiva que adotamos. Waldisa Russio Guarnieri definiu o objeto da museologia como o “fato museal”. Esse fato, por sua vez, seria a relação profunda entre o homem e o objeto (ou artefato) em variados níveis de consciência e apreensão, como a visão, a audição, o tato. Essa relação se dá em um *locus* específico, o museu. Segundo a autora, “essa relação profunda entre o homem e o objeto, a qual primeiro se estabelece somente com os objetos materiais, agora se ampliou às criações abstratas, na medida em que se pode relacioná-las materialmente” (GUARNIERI, [1981] 2010, p.124).

Dentro do museu, um cenário histórica, social e politicamente institucionalizado, cujo escopo compreende desde “templo, laboratório, casa de objetos, centro de convívio, até o ecomuseu”, ressalta a preocupação “com a relação homem-realidade ou homem-objeto, dentro de parâmetros de fidelidade, documentalidade e testemunhalidade” (GUARNIERI, [1983/1985] 2010, p.150). Em termos museais, por fidelidade deve ser entendida a veracidade do documento ou testemunho – veracidade que somente pode ser atestada ao se colocar o documento sob suspeição e, simultaneamente, escoimá-lo de elementos que podem provocar interferência. A raiz etimológica da palavra documento é o termo latino *docere* que significa ensinar. Logo, um documento fidedigno não apenas diz, mas ensina algo a alguém, da mesma forma que o testemunho testifica, para alguém, algo sobre alguém ou algum evento. A Festa do Divino, como fato social e museal total, exerce esse papel de documentalidade e de fidedignidade testemunhal não apenas em relação à fundação de São Bartolomeu, mas, sobretudo, acerca da identidade cultural de sua população.

Para preservar um bem cultural é necessário, antes de tudo, que ele tenha raízes na consciência popular. Temos observado um movimento contrário: são instituídos leis e procedimentos burocráticos que, muitas vezes, revelam-se ineficazes, justamente por seu alheamento em relação aos valores de uma população. Para que um bem seja efetivamente preservado e, conseqüentemente, seu registro de informações divulgado, é necessário o conhecimento e a vontade de preservá-lo, o que ocorre devido à valorização desse bem como constituinte da história, da memória e da identidade dos grupos que os detém.

A maioria dos depoentes, quando inquiridos sobre a Festa e sua importância, rememoravam situações ocorridas em sua infância: a primeira vez que viram a Folia, os preparativos para a semana de Festa, as brincadeiras. Através das narrativas foi possível identificar que o processo da valorização teve seu início na infância, e a insistência na continuidade da Festa tem suas raízes nessas memórias afetivas. A Festa gerava e ainda gera impacto na realidade de quem a vivencia, de quem age no Tempo do Divino que ela instaura. De acordo com a tradição, a Festa é o momento em que todos os “filhos da terra” voltam. Esse termo, “filhos da terra”, implica a construção de uma identidade, isto é, de uma relação profunda entre os sujeitos sociais e seu local, local onde a cultura os alimenta. A Festa, enquanto ato performático e espaço de mediação, promove o *religare* não só entre homens e Divindade, mas, sobretudo, entre homens e homens, que se relacionam, estabelecem trocas afetivas e comerciais; que se identificam por compartilhar determinadas crenças e valores, por compartilharem o mesmo espaço identitário – São Bartolomeu. Em resumo,

os bens se preservam quando se constituem em valor. Não em valor para uma minoria, ainda que seja uma “inteligência” atuante: mas num, derivado de uma consciência que dele se tem como fator fundamental, como condição absoluta de ser e de existir. E essa valorização e essa consciência só podem derivar de uma historicidade da qual significativas parcelas do povo estejam côncias. Em duas palavras: patrimônio cultural é questão de consciência histórica (GUARNIERI, [s.d.] 2010, p.121).

Para Guarnieri, o que difere a relação “homem-realidade” e “homem-objeto” na museologia em relação às outras ciências seria que a museologia ocupa-se dessa relação “existente num contexto “musealizado” (GUARNIERI, [1983] 2010, p. 128), não importando qual seja o tipo ou categoria de espaço ou enclave musealizado (museu tradicional, museu de percurso, ecomuseu etc.), em qualquer deles a relação com o fato museal se verificará. Haveria, então, outros enclaves onde se verifica o fato museal? Ou seria exclusivo da instituição museu? Devemos entender o termo

instituição em seu sentido burocrático ou, em termos mais amplos, como criação sócio-histórica? Em suma, o fato museal pode ser verificado na Festa do Divino realizada em São Bartolomeu? Estas foram as questões que, a partir da análise da Festa nos propusemos responder.

Segundo a tabela elaborada por Guarnieri ([1983], 2010), para explicar o sistema da museologia, o Museu seria um cenário e instituição; realidade e *potencialidade*. O contexto do fato museal seria o institucional, o cenário e as políticas culturais. A autora reforça em muitas de suas narrativas que, quando fala de instituição, está emprestando esse termo da sociologia; instituição como reconhecimento público: “essa ideia de instituição é útil porque ela cobre bem, tanto o pequeno museu quanto o grande museu tradicional, passando pelo ecomuseu, certamente uma das maiores conquistas e descobertas da museologia contemporânea” (GUARNIERI, [1981] 2010, p.124). O museu enquanto potencialidade pode nos levar à perspectiva da “imaginação museal”.

Para Mario chagas (2007), a “*imaginação museal*” seria a liberdade e inventividade para pensar o museu enquanto representação de memórias corporificadas que podem ser lidas e compreendidas em qualquer parte. Seguindo essa lógica,

casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico (CHAGAS, 2007, p.220).

Esses espaços, situações e experiências citados acima como possibilidade de ação e interpretação por meio do olhar museológico constituem a relação do Homem com a realidade, com seus objetos e artefatos. Essa potencialidade também remete à concepção do museu como um fenômeno social e histórico, que (re)presenta e (re)encena a trajetória da humanidade. Gonçalves (2007) classifica “patrimônio” como uma categoria de pensamento presente em toda e qualquer sociedade, correlato à prática do colecionismo e do acúmulo, seja para fins de preservação ou destruição. O museu pode ser relacionado com colecionismo/patrimônio definido por Gonçalves como uma categoria de pensamento, na medida em que não apenas acumula ou coleciona objetos; mas igualmente os organiza, classifica, registra, analisa e preserva-os e, mediante ilações da razão (método e princípios) da emoção, relaciona-os a memórias e a fatos do passado e do presente.

A partir dessa perspectiva de potencialidade e inventividade museal, podemos relacionar alguns movimentos presentes na dinâmica do distrito de São Bartolomeu e da Festa do Divino. Devido a isso, propomos pensar o distrito como uma paisagem cultural¹⁷, em sentido lato, ou, mais especificamente, como um museu a céu aberto. Segundo a Carta de Bagé, a paisagem cultural é o meio natural no qual o homem age e se expressa, levando a uma série de testemunhos resultantes dessa interação. Assim, ao tomarmos o conjunto paisagístico urbano e o entorno de São Bartolomeu como “museu a céu aberto”, enquadrados os espaços públicos – e alguns privados – da localidade, como as ruas, ladeiras, seu entorno paisagístico e as relações estabelecidas entre seus moradores.

Se o distrito constitui-se, nessa perspectiva, como museu, os componentes da festa como instrumentos musicais, indumentária, a bandeira e outros aparatos deverão ser classificados e entendidos como elementos que compõem o acervo desse museu imaginado, e a festa em si como a exposição, como a mediação da relação das pessoas (moradores e visitantes) com o objeto/artefato.

Pensar a festa (a comitiva, o cortejo, a folia) como exposição implica também pensá-la como documentação (classificação, guarda, recuperação) e comunicação. Nesse sentido, os festeiros seriam os curadores da exposição, já que a cada ano um grupo diferenciado de pessoas pensa, estrutura e organiza a festa. Levando ainda mais adiante a analogia, a Casa da Festa funcionaria como sede anexa que, integrada ao conjunto museal, destaca-se dele por sua função logística.

Sobre as fitas e ex-votos que são anexados à Bandeira muito se diz: alguns afirmam existir um “baú dos milagres” onde esses objetos seriam guardados; outros, que esses objetos são queimados devido a impossibilidade de armazená-los. Na realidade, essas duas perspectivas se fazem presentes: embora Lídia Fortes (responsável pela ornamentação da Bandeira) não fale sobre um baú onde os ex-votos ficariam armazenados, e confesse que, muitas vezes, acaba descartando esses objetos, ela aponta para a necessidade de haver um local apropriado para preservá-los. Tanto é assim que, em 2013, ela depôs sobre a sua vontade de criar uma “Sala dos Milagres”¹⁸, onde os objetos anexados à Bandeira, de um ano para outro, seriam

¹⁷ “A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano” (IPHAN; UFPEL, 2007, p. 4).

¹⁸ Algo similar já existe em Juazeiro do Norte: no Museu Vivo de Padre Cícero são expostos ex-votos de fiéis.

guardados e expostos. Nessa vontade de Dona Lídia não é difícil perceber uma *potencialidade museal*.

Na “Casa da Festa” existem dois espaços que, embora sirvam para variadas funções, são também espaços expositivos. No primeiro cômodo da Casa da Festa, há uma exposição fotográfica intitulada “O olhar do filho da terra”. As fotografias retratam cenas da Festa do Divino, como o cortejo e a procissão das bandeiras, alguns moradores do distrito e a paisagem de São Bartolomeu. Em outro cômodo, onde se encontram as mesas em que o almoço comunitário é servido, há *banners pregados* na parede. Por conta disso, esse espaço está sendo referenciado como “Centro de Memória de São Bartolomeu”, uma vez que, nesses *banners*, estão retratados, por meio de fotografias, diversos aspectos da Festa do Divino e São Bartolomeu, como a cidade decorada e o mastro visível (não sabemos se do Divino ou São Bartolomeu), dentre outros.

Como já dissemos, o museu seria o local do *fato museal*. Para que esse fato se verifique em toda sua dimensão, é necessário *musealizar* os objetos, sejam eles objetos materiais ou objeto-conceito. Esses objetos *musealizados*, devido a seus diferentes níveis de relacionamento com os sujeitos, segundo Guarnieri ([s.d.] 2010), encontram-se investidos de diferentes valores: o valor de testemunho, de documento e autenticidade/fidelidade. A musealização não implica apenas a comunicação dos objetos, mas uma série de medidas como pesquisa, seleção, documentação, conservação, restauração. Além disso, nesse processo, os bens culturais frequentemente sofrem deslocamentos tanto territoriais quanto simbólicos.

É possível observar, tendo como referência o conceito de “fato museal”, que a preocupação central de Guarnieri, no que toca ao objeto/artefato, concerne à comunicação e à informação, ou melhor, à sua potencialidade como vetor de comunicação e informação. Tanto uma como outra possibilidade inerente aos bens culturais encontram-se integrados pela percepção, razão e pela emoção, envolvendo a relação intrínseca entre sensação, ideia, imagem e memória. O conjunto dessas relações, cujo corolário, em termos de fato museal e patrimonialização, é o registro, constitui a musealização que, em termos de Guarnieri, seria a “sistematização das ideias e das imagens e suas relações” (GUARNIERI, [1981] 2010, p. 123).

A compilação e preservação dessas informações se dariam através da documentação museológica. A documentação museológica consiste, primeiramente, na reunião das informações sobre o acervo museológico, seguido de sua organização e preservação. Além disso, é preciso que as informações obtidas sejam

disponibilizadas (BOTALLO, 2010). Para que ocorra a manutenção das informações sobre os objetos, seja para fins históricos, acadêmicos, culturais, é necessário que se adote uma metodologia específica.

Ferrez (1994) compreende a documentação museológica como um poderoso sistema de recuperação de informações que, além de transformar as coleções em fontes de pesquisa, constitui-se como instrumento de transmissão de conhecimento. Para que a documentação museológica possibilite esta construção e divulgação do conhecimento, a autora propõe um esquema de aplicação da documentação. Esse sistema visa à recuperação da informação e opera a partir de três tópicos: objetivos, funções, e componentes.

Aos *objetivos* é atribuída a função de conservar os itens das coleções, bem como maximizar o acesso aos itens e o uso das informações contidas neles. As *funções* estabelecem contatos entre as informações e os usuários para que, através de informação relevante, as estruturas cognitivas do usuário sejam transformadas. Os *componentes*, por sua vez, são estruturados em: *entrada; organização e controle; e saída*. A entrada compreende a seleção e a aquisição; a organização e controle, os registros, números de identificação, localização, classificação/catalogação, indexação; já a saída seria a recuperação e disseminação da informação.

Esse método de recuperação está pautado nas coleções. As coleções são um conjunto de bens tangíveis e intangíveis que um indivíduo ou estabelecimento reúne, classifica e conserva com o intuito, explícito ou implícito, de comunicá-lo e mantê-lo em segurança frente à possibilidade de seu desaparecimento. As coleções foram, durante muito tempo, entendidas em sua dimensão material enquanto constituintes do universo simbólico em que transcorremos nossa existência. Entretanto, com as novas concepções de museu e com a ampliação conceitual do que se entende por patrimônio, novas demandas e desafios foram-se acumulando, colocando em questão o próprio conceito de coleção. Seja a coleção constituída por objetos materiais ou costumes, lendas, todas elas, embora necessitem de processos diferenciados para sua preservação e classificação, se constituem enquanto testemunhos e heranças de determinado contexto histórico-social (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013).

Por meio da estrutura informacional proporcionada pela documentação museológica, teríamos a recuperação da *informação* presente nos itens da coleção Festa do Divino, promovendo, assim, sua preservação. O método proposto por Ferrez (1994), juntamente com o conceito de coleção, levou-nos à análise das Fichas de Inventário do IEPHA. No trabalho relativo ao ICMS Cultural, de que falamos

anteriormente, a Deliberação Normativa do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural n. 02/2015, estabelece categorias de patrimônio cultural a ser inventariadas pelos municípios participantes. As categorias são: Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas (EAU), Bem Móvel (BM), Bem Móvel e Integrado ou Bem Móvel e Arte Aplicada (BMI e BMA), Arquivos Documentais (ARQ), Patrimônio Arqueológico (ARQUEOL), Patrimônio Espeleológico (ESPELEO), Patrimônio Imaterial (PI), Sítios Naturais (SN) e Conjuntos Paisagísticos (CP). É permitido aos municípios criarem suas próprias fichas desde que mantenham os campos fundamentais presentes nos modelos das Fichas de Inventário disponibilizadas no site do IEPHA.

Através dos campos de preenchimento do modelo da Ficha de Inventário de Patrimônio Imaterial/Celebrações, pudemos observar itens que são de fundamental importância para a recuperação informacional do patrimônio cultural, segundo os parâmetros estabelecidos pela documentação museológica, propostos por Ferrez¹⁹.

5. Conclusão

A Festa do Divino Espírito Santo realizada em São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, foi registrada como Patrimônio Imaterial do município. Embora o registro implique a perspectiva instituída do patrimônio cultural, podemos afirmar que a perspectiva instituinte é preponderante na localidade. A Festa possui grande ressonância e aderência da comunidade por ser componente fundamental da memória e da identidade local. Ela está enraizada nas narrativas pessoais, sendo evocada desde as recordações da infância dos moradores, e narrativas coletivas, da localidade como um distrito pertencente a Ouro Preto, com sua história relacionada ao ciclo do ouro. Os mitos de origem da localidade e da Festa estão mesclados, tornando-se indissociáveis para os moradores de São Bartolomeu bem como para folieiros, festeiros e fiéis. A Festa do Divino envolve aspectos devocionais, econômicos, políticos, sociais. Devido a essa sua potencialidade de envolver diferentes elementos sociais consideramos ela como um fato social e museal total.

No presente artigo, propusemos pensar o distrito de São Bartolomeu como um museu *imaginado*, a céu aberto, e os componentes da Festa do Divino como constitutivos de sua coleção. Entendemos como premissas básicas de um museu a preservação, a investigação e a comunicação dos bens culturais. O ato de preservar inclui itens como a coleta, a aquisição, o acondicionamento e a conservação desses bens; já a missão de comunicar se realiza por meio das exposições, publicações,

¹⁹ A Ficha e os itens comparados encontram-se ao final do artigo.

projetos educativos e culturais; e, por fim, o exercício de investigar permeia todas as atividades de um museu, fundamentando-as cientificamente (CÂNDIDO, 2006, p.32). Para que a Festa e o território possam ser analisados a partir de uma perspectiva museal, tomamos como pressuposto que é possível identificar, no contexto histórico e cultural da Festa do Divino, as premissas citadas acima. Também consideramos, com base na justificativa anteriormente apresentada, que o Inventário da Festa, através dos itens básico do Modelo de Ficha de Inventário do IEPHA, constituiria a “documentação museológica” desse nosso museu imaginado.

Referências

- ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção dos “Mestres da Arte”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.33-59.
- ATOS 2, p. 1-4. In: *A Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. L.C.C. Publicações Eletrônicas, sem data. p.1155-1156.
- BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: *Encontro Anual do Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e o Caribe – ICOFOM LAM*. Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral, 21, 2012. Petrópolis. Documentos de Trabalho... Petrópolis: Unirio/Mast, 2012. p.112-123.
- BOTTALLO, Marilúcia. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA PORTINARI. Documentação conservação de acervos museológicos: diretrizes. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. p.48-74.
- CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação museológica. In: *Caderno de diretrizes museológicas I*, 2006. p.31-90.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2012.
- CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em Questão*, Porto Alegre, v.13, n.2, p.207-224, jul/dez 2007.
- CONTINS, Márcia; GONÇALVES, Reginaldo. A escassez e a fartura: categorias cosmológicas e subjetividade nas festas do Divino Espírito Santo entre imigrantes açorianos no Rio de Janeiro. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, José Reginaldo. *As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009. p.11-35.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (eds.); SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier (trad. e comentários). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*, ou diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas. São Paulo: Edusp; Belo horizonte: Itatiaia, 1976.

- FERREZ, Helena D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *Estudos Museológicos*, Cadernos de Ensaio 2. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p.65-74.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007.
- GUARNIERI, Waldisa Russio. A interdisciplinaridade em Museologia (1981). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1 – a evidencia dos contextos museológicos. São Paulo: Governo do Estado De São Paulo/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p.123-126.
- GUARNIERI, Waldisa Russio. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial (1983/1985). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1 – a evidencia dos contextos museológicos. São Paulo: Governo do Estado De São Paulo/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p.147-159.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio. Bem e patrimônio cultural [s.d.]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1 – a evidencia dos contextos museológicos. São Paulo: Governo do Estado De São Paulo/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p.119-122.
- GUARNIERI, Waldisa Russio. Sistema de Museologia (1983). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri*. Textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol. 1 – a evidencia dos contextos museológicos. São Paulo: Governo do Estado De São Paulo/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p.127-136.
- IPHAN; UFPEL; Prefeitura Municipal de Bagé. *Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural*. 2007.
- MARQUES, João Francisco. Oração e devoções. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir). *História Religiosa de Portugal*. Vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p.603-670.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.
- RABELLO, Sonia. O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- RANGEL, Márcio Ferreira. A cidade, o museu e a coleção. *Liinc em Revista*, v.7, n.1, p. 301-310, março 2011.
- REGISTRO *das Celebrações do Divino Espírito Santo em Ouro Preto – Lavras Novas e São Bartolomeu*. Ouro Preto, Agosto/2014.
- SOUZA, Luciana Christina Cruz; MORAES, Nilson Alves. A preservação do patrimônio em Minas Gerais: a “Lei Robin Hood” e os conselhos municipais de patrimônio. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 27, n. 02, p.128-144, mai/ago, 2013.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- Principais itens da Ficha IEPHA/MG – Inventário de Proteção do Acervo Cultural/IPAC:

Categoria: Patrimônio Imaterial; Subcategoria: Celebrações²⁰.

Itens – Ficha IEPHA	Descrições	Modelo Ferrez
Bens associados	Localidades participantes da celebração; bens culturais de natureza material e imaterial associados à celebração a ser inventariados (com seus respectivos números de cadastros)	Objetivo: maximizar o acesso aos itens e as suas informações. Indexação Seleção
Proteção legal	Inventário para a avaliação do Registro; nome do solicitante do Registro (se houver).	Registro Número de identificação
Solicitante do Registro	Informações referentes ao solicitante; dados da instituição ou do proponente físico etc.	Entradas
Ficha técnica	Datas do levantamento, elaboração, da revisão e da última atualização.	Recuperação
Informe histórico	Informações sobre a história da celebração no município ou na região; dados históricos, como a origem do culto, difusão, instância responsável pela sua propagação; iconografia; cenas representadas em pintura e escultura.	Registro Indexação Função e significado
Caracterização	Características do território, espaços e trajetos em que a celebração ocorre; caracterização da coletividade que a compõe e vivencia.	Classificação Indexação
Informações descritivas	Informações genéricas, como o calendário; eventos constitutivos em ordem cronológica; preparação/execução; glossário.	Classificação Indexação
Referências	Referências textuais; mídias.	Indexação

Data de recebimento: 02.05.2016

Data de aceite: 29.12.2016

²⁰ Os campos foram retirados do Modelo de ficha disponível no site do IEPHA/MG. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/IPAC/ipac_celebracoes.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2015.